

Juiz analisa candidatura Paulo Octávio

A qualquer momento a polêmica propaganda eleitoral do candidato a deputado federal, Paulo Octávio, poderá sair do ar. A decisão agora está nas mãos do juiz eleitoral, Nívio Geraldo Gonçalves. Este decidirá sobre o despacho do juiz corregedor do TRE/DF que determinou a citação do acusado, nos próximos dias. Nívio providenciará, ainda, a requisição das fitas magnéticas às emissoras de televisão locais com os programas de Paulo Octávio. Cabe a ele determinar o que é publicidade da empresa do candidato e o que é propaganda eleitoral, ficando à interpretação do juiz fiscalizador se houve ou não abuso de poder econômico e uso subliminar dos meios de comunicação.

Desde a última sexta-feira a candidatura de Paulo Octávio vem sendo ameaçada de suspensão. Tudo iniciou com a representação do também candidato distrital pelo PT, Djalmir Augusto de Assis, denunciando que nos últimos 30 dias, o candidato do PRN vem divulgando o seu programa e o seu nome nas emissoras locais de televisão. No processo, Paulo Octávio terá que responder pelo uso do nome de sua empresa imobiliária para camuflar a sua campanha eleitoral. Se Nívio Gonçalves confirmar que isso vem ocorrendo poderá pedir a suspensão imediata da veiculação do nome do candidato do PRN, com base na Resolução nº 16.402/90 do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

A resolução determina que tais manifestações fiquem restritas ao horário gratuito no tempo determinado pelo TSE, sob pena de notificação dos veículos e interrupção imediata deste tipo de transmissões. A decisão do juiz fiscalizador será pela aprovação ou não de uma liminar, e para afastar qualquer insistência de Paulo Octávio, Djalmir Assis deu entrada ontem num pedido de impugnação da candidatura nos mesmos termos do pedido do Ministério Público do DF, ou seja, abuso de poder econômico.

Paulo Octávio afirma que está muito tranquilo e diz não temer o resultado dos processos que hoje estão movimentando os juizes do TRE. Para o acusado este tipo de manifestações é típico das campanhas eleitorais, insistindo que desconhece o que significa "abuso de poder econômico". Principalmente por não se considerar fazendo gastos além do permitido pelo TSE. O candidato do PRN contabilizou até o momento cerca de Cr\$ 80 mil com impressão de cartazes e folders para a sua campanha, mas preferiu não comentar os gastos com jornais e veiculação em emissoras de televisão. "Se existe toda essa discussão é sinal de que a minha candidatura está causando incômodo, mas adianto desde já que se me impediram de manter o meu esquema publicitário isso irá prejudicar pelo menos 4 mil pessoas que trabalham nas minhas empresas", concluiu Paulo Octávio.